**O INDICADOR RENDA E TRABALHO NOS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO A PARTIR DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL.**

**THAIS DA SILVA¹**

 **QUESIA POSTIGO KAMIMURA²**

**RESUMO**: Este artigo tem como objetivo analisar o indicador Renda e Trabalho nos munícipios do Estado Maranhão a partir dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos 2000 e 2010. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva visto que esta descreve as características de determinada população com o uso de técnica padronizada de coleta e tratamento de dados . Os resultados demonstram que os municípios maranhenses apresentaram um fluxo positivo na redução da vulnerabilidade social entre os anos 2000 e 2010, porém ainda apresentam anomalias e vulnerabilidades sociais conforme índices apresentados em 2010, inclusive os altos índices de vulnerabilidades sociais encontram-se em alguns municípios do Maranhão comparado a outras regiões do país. Esse cenário demanda ações de combate ao desequilíbrio social.

Palavras-chaves: Renda. Trabalho. Maranhão.

.

**THE INDICATOR INCOME AND WORK IN THE CITY OF MARANHÃO FROM THE SOCIAL VULNERABILITY INDEX.**

**ABSTRACT**: This article aims to analyze the indicator Income and Work in the municipalities of Maranhão State from the data reported by the Social Vulnerability Index between 2000 and 2010. The methodology used was the descriptive research as it describes the characteristics of a given population. the use of standardized data collection and processing technique. The results show that the municipalities of Maranhão showed a positive flow in reducing social vulnerability between 2000 and 2010, but still have anomalies and social vulnerabilities as indices presented in 2010, including the high rates of social vulnerabilities are in some municipalities of the state. Maranhão compared to other regions of the country. This scenario demands actions to combat social imbalance.

Keywords: Income. Work. Maranhão.

[[1]](#footnote-1)

1. **Introdução**

As condições de vulnerabilidade social têm amplamente sido temas de discussões entre os cientistas sociais, onde questões como marginalidade, exclusão, pobreza e miséria são pautas de problemas sociais, onde o cidadão fica eximido dos direitos sociais e básicos. No que se refere ao acesso no mercado de trabalho e á renda é cada vez mais atenuante a situação de precarização e má divisão social do trabalho.

A vulnerabilidade social produz uma estratificação na sociedade por meio de “subclasse”. Segundo Sutton (2012) os integrantes dessa subclasse possuem padrões de vida inferiores ao da maioria das pessoas e estão incluídos os desempregados, sem-teto e características étnicas desprivilegiadas.

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) realiza estudos sociais e econômicos e dentre os seus trabalhos utilizou os dados do Censo 2000-2010 do IBGE para a apresentação do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), esses estudos fornecem um suporte para a formulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

O IPEA mensurou a vulnerabilidade social dos estados brasileiros por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) o qual aborda as seguintes dimensões: Infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. O IVS oferece uma visão da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil.

O Atlas da Vulnerabilidade Social destaca: “ a leitura desses processos, resultantes desta “nova” conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos da políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos” (IPEA, 2015).

Este artigo tem como objetivo analisar o indicador Renda e Trabalho nos munícipios do Estado Maranhão a partir dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social. Esse estudo servirá como base para implementação de programas e políticas públicas de emprego e renda em municípios com acentuado Índice de Vulnerabilidade Social.

1. **Pobreza, exclusão social e políticas públicas**

É cada vez mais necessário refletir sobre o papel do Estado na atual fase do desenvolvimento capitalista a fim de que a ação seja eficaz no que se refere á agenda das políticas sociais. A pobreza, as desigualdades e a exclusão social têm sido objetos de preocupação para os agentes de desenvolvimento (SANTOS, 2009).

Silva (2010) destaca que no Brasil a pobreza veio como consequência de uma riqueza concentrada do desenvolvimento, não acesso aos serviços básicos, ao trabalho, á renda e à políticas sociais, com raízes sócio-históricas e econômicas. Santos (2009) ainda declara sobre “a pobreza relativa” que tem como base os recursos econômicos e sócias de uma população.

A exclusão social se revela com um grande contingente populacional que se encontra á margem da sociedade, que não tem oportunidade de trabalho e que não participa da civilidade social (SILVA, 2010). Depreende-se que a exclusão social trata-se da uma privação em vários âmbitos da sociedade.

 Giddens (2012) afirma que a exclusão social é um conceito amplo de pobreza e Gordon et al (2000) declara que essa exclusão inclui quatro fatores como: empobrecimento, exclusão do mercado de trabalho, exclusão de serviços e exclusão das relações sociais.

Mediante desse contexto que a intervenção do Estado torna-se necessária para a proteção dos indivíduos. Giddens (2012) declara que os países industrializados e em processo de industrialização é formada por Estados de bem-estar social onde desempenha um papel de assistência social.

Conforme Demo (2012) as políticas sociais para atender essa demanda da sociedade carece ser preventiva pelo que previne problemas futuros, deve ser redistributiva de renda a fim de desconcentrá-la e precisa ser equalizadora na distribuição das oportunidades. Ainda segundo este autor ele propõe três horizontes na implementação de políticas sociais:

* Políticas assistenciais – assistido por intermédio do Estado e busca a assistência por direito de cidadania.
* Políticas socioeconômicas – está relacionado ao enfrentamento da pobreza material por meio da tentativa de reduzir as desigualdades com emprego e renda.
* Políticas participativas – trata-se do enfrentamento da pobreza política da população onde busca a formação do sujeito social e está relacionada a políticas de educação, cultura, cidadania entre outros.

A situação social precisa de políticas de inclusão a fim de garantir o mínimo de condições de cidadania e dessa forma reduzir a desigualdade social.

1. **Renda e Trabalho**

Os termos renda e trabalho estão relacionados ao desenvolvimento do pensamento econômico após a crise de 1929, onde inclusive surgiu o *Keynesianismo* que abordou a busca incessante pelo pleno emprego e regulação das condições de trabalho (SANTOS, 2009).

Pochman (2010) relata que a geração de riqueza que emerge neste início do século XXI tem levado o homem a se desvencilhar da visão do trabalho como sobrevivência devido o contexto mais amplo de transformação econômica e novos determinantes da formação do trabalho.

O aumento da produtividade tende a influenciar no aumento da renda e dos salários do trabalhador. “A renda real acompanha muito de perto a evolução da produtiva física do fator trabalho” (FURTADO, 2009, p.90). A produtividade afeta os salários e por consequência a renda.

Há diversos instrumentos sociais que medem a desigualdade social, pois a medição por meio do PIG e renda *per capita* possuem as suas limitações já que engloba apenas a distribuição das riquezas. Pode-se destacar o Índice Gini que recebe esse nome devido o matemático Conrado Gini que o desenvolveu no ano de 1912. (**WOLFFENBÜTTEL, 2004).**

O índice Gini tem como objetivo medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem), o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e o valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa possui toda a riqueza. (**WOLFFENBÜTTEL, 2004).**

No Relatório de Desenvolvimento Humano 2018 elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o Brasil aparece com Índice de 0,513, no final da lista de 79 países. Essa realidade indica que a desigualdade na distribuição de renda no país continua crescente.

No que se refere ao mercado de trabalho essa desigualdade também tem aumentado, é o que relata estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE) em que o índice de Gini, que mede a renda do trabalho per capita, alcançou 0,627 em 2019, o maior patamar da série histórica iniciada em 2012 (FGV IBRE, 2019).

 Os mais pobres sentem mais impactos com essa situação social devido sua posição de vulnerabilidade social já que o mercado de trabalho procura por profissionais com melhores qualificações.

1. **Vulnerabilidade social**

O termo vulnerabilidade esta relacionada à expressão latina que remete a *vulnus* e *habilitas* os quais têm tradução literal em feridas e habilidades, logo é a capacidade de ser ferido, exposto a danos físicos ou morais devido sua fragilidade. As pessoas vulneráveis não tem capacidade de contornar condições adversas e por conseguinte encontram-se em condições de risco (JUNIOR, 2015).

Cunha et al (2008) afirma que o conceito de vulnerabilidade social apresenta um escopo multifacetado e inclui diversos elementos como as características do indivíduos, bens, características sociodemográficas e sociais. Essas pessoas estão á margem da sociedade em processo de exclusão social decorrente de fatores socioeconômicos.

 Para que os níveis de vulnerabilidade social sejam diminuídos é preciso que medidas sejam tomadas para que esses sujeitos tenha acesso a bens e serviços e uma ampliação de suas condições de mobilidade social, por meio de políticas públicas que promovam autonomia, condições dignas de vida e garantia dos direitos fundamentais (MONTEIRO, 2011).

Pedersen (2014) ao apresentar os aspectos relacionados á vulnerabilidade social aponta a situação de pessoas que estão em condições desfavoráveis devido às modificações do mercado de trabalho decorrente da reestruturação produtiva do sistema capitalista e aborda a situação dos desempregados e dos desfavoráveis em relação ao emprego e renda.

Existem diversas formas para combater essa realidade de vulnerabilidade social tais como investimento em educação, capacitação profissional, oferta de serviços públicos com qualidade e políticas públicas de inclusão.

1. **Metodologia**

Esta pesquisa configura-se como bibliográfica, documental e descritiva visto que esta descreve as características de determinada população com o uso de técnica padronizada de tratamento de dados. O indicador Renda e Trabalho nos munícipios do Estado Maranhão são descritos a partir dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos 2000 e 2010 pelo Atlas de Vulnerabilidade Social.

 Na revisão de literatura foram feitos levantamentos de livros, artigos científicos, teses, dissertações que abordaram tema como vulnerabilidade social, renda e trabalho.

1. **Resultados e Discussões**

**6.1 O Maranhão: dados socioeconômicos**

O Maranhão está localizado na região Nordeste do Brasil e segundo o IBGE tem uma população estimada 7.075.181 pessoas, a capital do estado é a cidade de São Luís, outras cidades importantes são: Imperatriz, Caxias, Timon, São José de Ribamar, Codó, Açailândia, Bacabal, Paço do Lumiar, Barra do Corda. Segue abaixo a localização no mapa.

Figura 1: Localização do Estado do Maranhão no mapa do Brasil



Fonte: (IBGE, 2010)

O Estado apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,639 e possui uma Distribuição do rendimento mensal efetivo domiciliar *per capita* – índice de Gini de 0,526. (IBGE, 2019). Esses dados da distribuição *per capita* evidencia que o Estado possui um cenário de desigualdade concernente á distribuição de renda.

Segundo o IMESC (2019) o PIB maranhense em 2017 foi de 89,524 bilhões comparado ás outras Unidades da Federação isso representa o sexto melhor desempenho econômico do país, o setor terciário destacasse nesse quantitativo com 73,5% de representatividade seguido pelo secundário e primário, seguido pelo setor secundário e do setor com pesos de 17,0% e 9,5%, respectivamente.

Os indicadores socioeconômicos do Maranhão apresentam discrepâncias pois, na medida em que aumenta o PIB aumenta também a população o que colabora para a diminuição da renda média *per capita*, ainda existe muitas pessoas vivendo na linha de pobreza e em desvantagem socioeconômica é o que retrata os resultado dos indicadores sociais.

**6.2 Índice de Vulnerabilidade Social: Emprego e Renda no Maranhão**

De acordo com os dados do IBGE o Maranhão apresentou um rendimento nominal mensal domiciliar per capita em 2018 de R$ 605,00 (IBGE, 2018). O rendimento domiciliar per capita é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. Esse valor comparado ao de outros estados evidencia um má distribuição de renda contrastando com o aumento do PIB no mesmo período.

O rendimento médio mensal do Maranhão foi de R$ 1.166 segundo o ranking do IBGE foi o pior índice do país (IBGE, 2010). Percebe-se uma desigualdade entre os rendimentos do trabalho no Estado.

A Tabela 1 abaixo apresenta os dados de repartição do PIB no Estado de 2010 a 2017.

Tabela 1: Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda, Pessoas Ocupadas e relação PIB por pessoal ocupado - Anos 2010, 2013, 2016 e 2017.

Fonte: (IMESC, 2019)

A repartição do PIB estadual no ano de 2017 demonstrou que 43,8% foi para a remuneração do trabalho, 44,1% de Excedente Operacional Bruto (EOB) mais Rendimento Misto (RM) e 12,1% referente aos Impostos sobre a produção. (IMESC, 2019). A análise do período de 2010 a 2017 a remuneração do trabalho manteve-se menor que a renda apropriada pelo capital.

O Atlas de Vulnerabilidade Social apresenta o Índice de Vulnerabilidade Social que utiliza os dados do Censo 2000-2010 do IBGE e mensura o grau de vulnerabilidade dos municípios com 16 indicadores em três dimensões: Renda e Trabalho, Capital Humano e Infraestrutura Urbana. Esse índice varia numa escala de 0 a 1 em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação conforme Figura 2 abaixo:

Figura 2: Faixas de vulnerabilidade socialFonte: (Atlas da Vulnerabilidade Social – IPEA, 2015)

O Maranhão no ano de 2000 tinha o IVS de 0,684 já em 2017 houve uma melhora significativa para 0,349, o que indica uma redução no índice de vulnerabilidade social no Estado (IPEA, 2015).

Analisando a dimensão Renda e Trabalho que é o objetivo do presente estudo incorpora os seguintes indicadores: percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010, taxa de desocupação de adultos, a ocupação informal de adultos pouco escolarizados, a dependência com relação à renda de pessoas idosas e a presença de trabalho infantil (IPEA, 2015).

Entre os anos de 2000 e 2010 o IVS Renda e Trabalho sofreu a maior redução no país em comparação aos outros subíndices (0,165), igual a 34%, passando de 0,485 (alto) para 0,320 (médio) (IPEA, 2015). De acordo com os dados do Atlas de Vulnerabilidade Social os municípios com indicadores de vulnerabilidades sociais mais críticos grande parte são detectados no Maranhão.

A Tabela 2 abaixo mostra a evolução desses indicadores nos anos de 2000 a 2017 e o que se pode verificar é que a evolução em alguns aspectos aconteceu de forma lenta como por exemplo, a taxa de pessoas desocupadas com 18 anos ou mais de idade que em 2000 foi 10,86 e em 2017 chegou 12,94.

Tabela 2: Indicadores da dimensão Renda e Trabalho

Fonte: (IPEA, 2015).

Conforme Tabela 2 a proporção de pessoas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo apresentou uma evolução morosa já que em 2000 era 81,41 e em 2017 passou para 52,54, o que denota é que há um grande número de pessoas que ainda recebem meio salário mínimo o que vai de contra á legislação trabalhista e acarreta o aumento da vulnerabilidade social.

Outro progresso vagaroso é apresentado na ocupação informal de adultos que entre os anos de 2000 a 2017 saltou de 68,83% para 42,17% o que evidencia a permanência de muitos trabalhadores em situação informal sem as garantias trabalhistas. Porém a presença do trabalho infantil apresentou uma melhora bem significativa já que chegou a zerar em 2017.

 Quanto aos municípios do Maranhão a evolução entre os anos de 2000 a 2010 a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo foi bastante acentuada nos municípios de Belágua, Brejo de Areia, Cachoeira Grande, Cajapió, Cajari, Cantanhede, Formosa da Serra Negra, Humberto de Campus, Itaipava do Grajau, Matões do Norte, Paulinho Neves, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São João Batista, São Roberto e entre outros. A cidade de Imperatriz apresentou a menor proporção sendo 63,51 em 2000 e 38,33 em 2010. (IPEA, 2015).

A porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais sem o ensino fundamental e em ocupação informal no ano de 2000 acima de 91,00 considerada como alta foi constatada nos municípios de Belágua Centro do Guilherme, Fernando Falcão, Governador Newton Bello, Itaipava do Grajaú, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Maranhãozinho, Santa Filomena do Maranhão, Santana do Maranhão, São João do Carú, São Roberto, Água Doce do Maranhão, porem Belágua, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, apresentaram um decréscimo considerável no ano de 2010 os quais foram 66,81, 64,59 e 64,50 respectivamente (IPEA, 2015).

A taxa de pessoas em situações de trabalho infantil com uma porcentagem entre 20,27 e 26,98 no ano de 2010 foi identificada nos municípios Brejo de Areia, Buriti, Esperantinópolis, Fernando Falcão, Jatobá, Milagres do Maranhão, Morros, Pedro do Rosário, São Francisco do Maranhão (IPEA, 2015).

A renda per capita dos vulneráveis á pobreza compreendidas entre 63,33 e 76,49 foi identificada nos seguintes municípios no ano de 2010: Belágua, Cachoeira Grande, Cajari, Fernando Falcão, Humberto de Campos, Jenipapo dos Vieiras, Marajá do Sena, Mirador, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Serrano do Maranhão (IPEA, 2015).

Vale destacar que alguns municípios apresentaram evolução relevantes nesses índices no período de 2000 para 2010 conforme Tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Renda per capita dos vulneráveis á pobreza

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Município** | **2000** | **2010** |
| Belágua | 39,66 | 65,13 |
| Cantanhede | 59,03 | 89,26 |
| Centro do Guilherme | 43,96 | 96,97 |
| Formosa da Serra Negra | 43,71 | 79,82 |
| Magalhaes de Almeida | 59,89 | 90,03 |
| Nova Colinas | 49,66 | 96,84 |
| Tufilândia | 55,87 | 110,66 |

Fonte: (IPEA, 2015).

As maiores taxas compreendidas entre 11,31 e 15, 21 foi constatado na percentagem de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (ano 2010) e dependentes de idosos onde inclui os seguintes municípios: Afonso Cunha, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Central do Maranhão, Montes Altos, Peri Mirim, Serrano do Maranhão, São João Batista, São Vicente Ferrer e Timbiras.

 Quanto ao Índice Gini os municípios que apresentaram valores acima de 0,60 foram Alto Parnaíba, Arame, Belágua, Brejo, Buriti, Cajari, Colinas, Formosa da Serra Negra, Humberto de Campos, Jenipapo dos Vieiras, Matinha, Mirador, São Domingos do Azeitão, São João Batista e São Mateus do Maranhão o que caracteriza a desigualdade na distribuição de renda nesses municípios.

Na dimensão Renda e Trabalho o índice de Vulnerabilidade Social do Estado do Maranhão em 2000 era 0,656 e em 2017 saltou para 0,440. (IPEA, 2015).

Os municípios brasileiros que apresentaram menores valores caracterizando vulnerabilidade no indicador Renda e Trabalho foi detectado que grande parte deles provém do Maranhão conforme Tabela 4.

Tabela 4: IVS Renda e Trabalho dos municípios maranhenses em 2010

|  |  |
| --- | --- |
| **Município** | **IVS Renda e Trabalho** - **2010** |
| Bom Lugar | 0.751 |
| Buriti | 0.723 |
| **Fernando Falcão** | **0.827** |
| Itaipava do Grajaú | 0.705 |
| Matões do Norte | 0.753 |
| Milagres do Maranhão | 0.706 |
| Santa Filomena do Maranhão | 0.719 |

Fonte: (IPEA, 2015).

Os dados acima demonstram que os municípios apresentam alta vulnerabilidade na dimensão Renda e Trabalho, chama ainda mais atenção o município de Fernando Falcão com maior índice de vulnerabilidade social nessa mesma dimensão o que retrata a baixa prosperidade social.

Ao analisar os indicadores da dimensão Renda e Trabalho percebe-se que os municípios do Estado do Maranhão apresentaram uma melhora significativa, porém ainda há anomalias sociais com baixa renda domiciliar per capitas em algumas cidades, um número expressivo de pessoas em trabalhos informais e desigualdade de renda em vários municípios.

1. **Considerações finais**

O objetivo do artigo foi analisar o indicador Renda e Trabalho nos munícipios do Estado Maranhão a partir dos dados relatados pelo Índice de Vulnerabilidade Social entre os anos 2000 e 2010.

O Maranhão avançou no índice de Vulnerabilidade Social quando em 2000 apresentava um número de 0,684 considerado um valor de “alta vulnerabilidade” e saltou para 0,353 em 2015, caracterizando uma “baixa vulnerabilidade” social, porém nos subíndices das dimensões ainda há muitos municípios em situações sociais precárias. Na dimensão Renda e Trabalho o Estado reduziu o índice porém muitos municípios ainda apresentam valores característicos de alta vulnerabilidade social

Comparado a outros Estados o Maranhão ainda possui um elevado índice de vulnerabilidade social apesar da evolução em alguns índices. A situação crítica na dimensão Renda e Trabalho está concentrada na baixa renda domiciliar per capitas em algumas cidades, um número expressivo de pessoas em trabalhos informais e desigualdade de renda em vários municípios.

Desta forma, é preciso que se busque alternativas de políticas públicas para combater o desequilíbrio e as desigualdades sociais em alguns municípios do Estado que busquem a maior inserção social e econômica dos indivíduos.

**REFERÊNCIAS**

CUNHA. José Marcos Pinto da. JAKOB, Alberto A. E. HOGAN Daniel J. CARMO, Roberto L. C. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: **Anais** do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 20-24 set., 2004.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 13º edição. São Paulo: Papirus, 2012

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GORDON, David; LEVITAS, Ruth; PANTAZIS, Christina. PATSIOS; Demi. PAYNE, Sara; TOWSEND, Peter; ADELMAN, Lara; ASHWORTH, Kara; MIDDLETON, Sue. **Poverty and social exclusion in Britain**. Joseph Rowntree Foundation, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012. 6° edição. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População no último censo: Censo Demográfico 2010. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama%202019)  Acesso em: 20 de dezembro de 2019

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2010 a 2017. São Luís, v.10, n.1, jan./dez. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre> Acesso em: 08 de janeiro de 2020.

JÚNIOR, José Ricardo Britto Seixas Pereira.  **Vulnerabilidade**. 2015. Disponível em: https://wikiglaw.fd.uc.pt/mediawiki/index.php/Vulnerabilidade Acesso em: 04 de janeiro de 2020.

MONTEIRO**,** Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social

**Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40. Jul/dez. 2011.

POCHMANN, Marcio**. Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias**. 2014. 204f. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/USFC, Brasília: CAPES UAB, 2009 144p

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál Florianópolis**, v. 13, n. 2, p. 155-163. jul./dez. 2010.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. O que é Índice Gini. **Revista Desafios do desenvolvimento**. IPEA. 2004. Ano 1. Edição 4, novembro/2004.

1. Administradora – Mestranda em Gestão e Desenvolvimentos Regional– Universidade de Taubaté – UNITAU (www.unitau.br). E-mail: thaismusica@hotmail.com.br

²  Graduação em Ciências Econômicas, mestrado em Administração e doutora em Saúde Pública. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e do Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) da Universidade de Taubaté (Unitau). qkamimura@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)